



UFAM

ANUÁRIO DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA

www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/ANINC



RETAMA KAMATATSURI: CAMPESINOS PERUANOS EM BENJAMIN CONSTANT NO AMAZONAS – BRASIL

Alex Sandro Nascimento de Souza¹; José Aldemir de Oliveira²

¹Mestre em Geografia da Universidade Federal do Amazonas; ²Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

RESUMEN

Retama Kamatatsuri: Campesinos peruanos en Benjamin Constant en el Amazonas – Brasil

El enfoque principal de este artículo de análisis para el estudio de una ciudad amazónica de Brasil, Benjamin Constant, situado en una zona de la Triple Frontera (Brasil, Perú y Colombia). De un breve estudio de los campesinos de Retama Kamatatsuri buscamos entender las relaciones sociales que se realizan en el espacio y producen conflictos no espacio en el sentido material, sino en las relaciones de poder y las prácticas sociales que se proyectan en el territorio. Esa comunidad se evidencia por tener una población de origen indígena peruana con peculiaridades en el contexto religioso, conocido en la región como grupo *Israelita*. Al principio, la presencia de éstos genera un clima de tensión entre la gente del pueblo de Benjamin Constant, porque la imagen que da a conocer estos campesinos en los medios de comunicación de masas se refieren a los cultivadores de marihuana o coca, la "imagen de la frontera." Sin embargo, lo que se observa realmente en Benjamin Constant es la presencia cada vez más próspero de un clima de tolerancia y reciprocidad, que se establece a través de las actividades diarias y el perfil de estos en intenso trabajo agrícola familiar.

Palabras clave: ciudad amazónica, frontera, israelitas peruanos.

Recebido em:
29.09.2014

Avaliado em:
28.11.2014

Aceito em:
07.10.2015

Semana Nacional de Ciências e
Tecnologia

RESUMO

O presente artigo tem como foco de análise principal o estudo de uma cidade Amazônica brasileira, Benjamin Constant, localizada numa área de tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia). A partir de um breve estudo sobre os campesinos de *Retama Kamatatsuri* busca-se entender as relações sociais que se concretizam no espaço e produzem conflitos não somente no sentido material, mas nas relações de poder e das práticas sociais que se projetam no território. A referida comunidade se evidencia por apresentar uma população de origem peruana indígena com peculiaridades em contexto religioso, conhecidos na região como grupo *Israelita*. A princípio a presença destes gerou um clima de tensão entre os cidadãos de Benjamin Constant, pois a imagem que se divulga destes campesinos nos meios de comunicação em massa os relaciona a plantadores de maconha ou coca, a "imagem da fronteira". Porém, o que se observou na realidade em Benjamin Constant é a presença cada vez mais pujante de um clima de tolerância e reciprocidade, que se estabelece através de atividades cotidianas e do perfil destes no trabalho agrícola familiar intenso.

Palavras-chave: Cidade Amazônica, fronteira, israelitas peruanos.

Contato do autor

Email: alexgeobc@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O município de Benjamin Constant localiza-se a Sudoeste do estado Amazonense, na Microrregião do Alto Solimões, apresenta uma área territorial de 8.793,42 km², distando em linha reta da capital Manaus 1.118,60 km e por via fluvial 1.628 milhas, sendo o 6º município mais distante da capital. O acesso à cidade de Benjamin Constant no território nacional ocorre de duas formas, sendo que a mais usual pela população local realiza-se via fluvial com aproximadamente cinco a oito dias em barcos saindo de Manaus até a cidade (dependendo da sazonalidade do rio Solimões); já a outra forma de acesso ocorre mesclando-se o meio de transporte aéreo (trecho Manaus-Tabatinga) e o meio de transporte fluvial em pequenas embarcações locais (trecho Tabatinga-Benjamin Constant).

Outra forma de acesso ocorre via internacional pelos territórios da Colômbia e do Peru. Nesses casos percorrem-se os rios Solimões e Javari, tendo como entrepostos fluviais as cidades de Iquitos, Caballo Cocha, Santa Rosa, Islândia (no Peru), Letícia (na Colômbia) e Atalaia do Norte (Brasil).

A área de estudo envolve longo processo histórico-geográfico de formação que vai desde uma área ocupada por nações indígenas que habitavam e se deslocavam com frequência na região, passando pela formação de fronteiras imperiais (Portugal e Espanha), até a constituição de Estados-Nação (Brasil, Peru e Colômbia). Os primeiros habitantes dessa área, como em toda a América, foram os indígenas que se compunham de diversas etnias, das quais a predominante no Alto Solimões eram os cambebas “cabeças-chatas”, bem como outros indígenas oriundos da floresta andina e de outras áreas (ticunas e cocamas). Em relatos históricos descrevem-se uma variedade de grupos nativos, e um movimento contínuo de indígenas que transitavam nos rios dessa região.

Enquanto processo de expansão territorial colonial, a Amazônia passou por um processo de disputas, inicialmente entre impérios coloniais e depois entre novos Estados-Nacionais, em seguida, “enquanto território que podia fornecer produtos extraídos da floresta e proporcionar rendas aos seus coletores, a Amazônia teve sua população original remanejada espacialmente

para assegurar a exploração”, por último, esta população foi também disputada como “contingente populacional, pelos sertanistas como força de trabalho e mesmo mercadoria, e pelos missionários para o trabalho de colonização” (NOGUEIRA, 2007, p. 153).

Podemos contextualizar esta área de fronteiras territoriais nas seguintes afirmativas “Da região de nações indígenas à região de Estados-Nacionais” (NOGUEIRA, 2007) ou “*De fronteras imperiales a fronteras nacionales*” (BOTÍA, 2008). Observe a imagem da localização da área de estudo, a seguir:

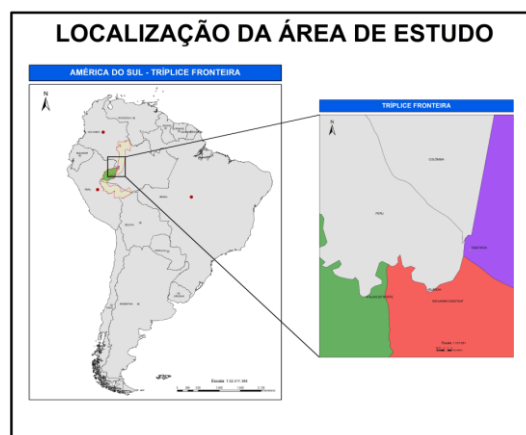


Figura 1: Localização da área de estudo. Organizado: Autor, 2014. Fonte: SEPLAN, 2014.

METODOLOGIA

O presente artigo é resultado de uma dissertação de mestrado (defesa 04.04.2014), intitulado “A cidade na fronteira: expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas - Brasil”, pelo Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Parte de um projeto maior desenvolvido pelo Núcleo Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), fomentado pelo PRONEX-FAPEAM (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Amazonas).

A trilha caminhada foi de entender as relações sociais que se concretizam no espaço e produzem conflitos não somente no sentido material, mas nas relações de poder e das práticas sociais que se projetam no território. Para tanto se utilizou de Henri Lefebvre (2001), que nos possibilitou articular a pesquisa em três momentos distintos e

complementares: descrição do visível; a análise regressiva; e o reencontro com o presente. No primeiro se utilizou muito da experiência de vida do pesquisador para obter informações sobre a diversidade da cidade. No segundo, com aplicação de formulários de entrevistas, se fez um esforço para recuperar as temporalidades pretéritas que não se encontram nas formas espaciais presentes, mas na lembrança de alguns moradores. Finalmente, o reencontro com o presente em que se tentou explicar espacialidades e temporalidades que resultam de encontros e desencontros, pois que mediados por interesses de diferentes sujeitos sociais, gestores e funcionários públicos, órgãos de segurança, comerciantes brasileiros e peruanos, agricultores, populações indígenas.

Para responder a questão principal e dada à relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, ou seja, estudar uma realidade quando nela se está inserido, optou-se ainda seguindo os ensinamentos de Henri Lefebvre articular o pensamento a partir do “movimento da transdução”, (2001), entendido como um instrumento intelectual que pressupõe a realimentação incessante entre os conceitos utilizados e as observações empíricas. Elaborar um objeto teórico a partir de informações sobre a realidade. O que se buscou desde o início da pesquisa como estratégia foi à construção de uma explicação a partir de informações da realidade com a realimentação incessante entre os referenciais utilizados e as observações de campo (LEFEBVRE, 2001).

A análise pretensa desse artigo se refere à comunidade Retama Kamatatsuri, produtores agrícolas de origem peruana com vínculos religiosos que se situam em Benjamin Constant. Nesse contexto, busca-se identificar e descrever as principais atividades dos campesinos peruanos, suas atividades comerciais, formas de organização e transportes dos produtos agrícolas até o mercado municipal local. Levantar reflexões e questionamentos sobre essa forma campesina peruana que se estabelece em Benjamin Constant, na fronteira oeste do estado do Amazonas, Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os dados censitários do IBGE (2000), a população oficial de Benjamin Constant é de

33.411 habitantes e a população urbana é 20.138. De modo mais específico, o último Censo da Saúde, realizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde), no ano de 2009, havia um total de 3.456 imigrantes peruanos, entre crianças, jovens e adultos vivendo na cidade de Benjamin Constant. Portanto, segundo dados oficiais, aproximadamente 17,1% da população da cidade de Benjamin Constant são formados por imigrantes peruanos, sem contar os seus descendentes das segunda e terceira gerações.

De acordo com Botía, os primeiros imigrantes peruanos que chegaram a Benjamin Constant, “participaram do processo de povoamento e ajudaram a construir a história demográfica e econômica do município”. Tanto que, na década de 1930, “a população estrangeira em Benjamin Constant mantinha um caráter multinacional, era composta por 68 peruanos, 18 colombianos, 03 portugueses, 03 italianos, 03 sírios, 01 espanhol e 01 alemão” (BOTÍA, 2008).

Nesse sentido, salienta-se que desde o início da formação e construção da cidade de Benjamin Constant, já havia presença de imigrantes peruanos na referida cidade, porém a atividade que estes executavam era diferente da atual, pois migravam em busca de trabalho que em geral era disponibilizado pelas serrarias. Como podemos perceber no depoimento de Torres (2011), extraído de um Trabalho de Conclusão de Curso de Antropologia, pela Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant:

Lembro-me que uma parte significativa desses imigrantes veio para Benjamin Constant, na década de 1980, a procura de emprego nas serrarias, já que elas eram uma das poucas possibilidades de trabalho remunerado disponíveis nessa região. Outros trabalhavam no comércio informal, o chamado comércio ambulante, vendendo produtos industrializados de plástico como, bacias, baldes, pratos, canecas, entre outros objetos importados (TORRES, 2011.p.25).

Atualmente, Benjamin Constant carrega em suas características peculiares de fronteira a presença marcante do comércio realizado por imigrantes peruanos. Esse comércio hodierno em expansão faz parte de sua razão de ser, não é responsável por sua origem, mas é inegável que os imigrantes peruanos fazem parte de sua história. Oliveira (2000) ressalta que “a idade dos lugares

inclui o tempo histórico, todavia o que conta é a história de cada pessoa.”

É o comércio, sem dúvida, a atividade mais sensível à influência da fronteira (SCHAFFER, 1993). Em Benjamin Constant a afirmativa se faz verdadeira, pois o comércio nessa cidade é predominantemente variável à influência da razão de ser da fronteira, o que pode ser visto na diversidade: de produtos, equipamentos, cultura, religião e pessoas. E é nesse contexto, que se aplicam bem as considerações de José de Souza Martins (2012):

(...) nesse conflito, **a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade.** É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, (...). Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos (MARTINS, 2012, p. 133).

A partir dessas considerações podemos pensar a fronteira para além de uma área conflituosa e ou lugar da alteridade, mas também para a lógica de ver, ser e pensar a fronteira como lugar do encontro, das possibilidades, o que sugere desdobramentos para um nível não somente de aceitação do outro, mas também de convivência e de similaridades na busca de soluções para as práticas cotidianas. Tentar entender o comércio numa cidade de fronteira como em Benjamin Constant, envolve pensar em suas materialidades e imaterialidades como sugere Gemelli e Souza (2012). E nesse sentido, pensar as relações sociais que se estabelecem a partir da presença marcante da comunidade de produtores agrícolas de origem peruana na cidade Benjamin Constant.

Talvez, na visão de um viajante, o aspecto mais marcante da paisagem da cidade de Benjamin Constant, seja a presença do comércio peruano. Na rua imediata ao porto verifica-se maior concentração desse comércio, com suas variedades de produtos e de maneiras de comercialização. Nesse sentido, podemos citar diversos segmentos oriundos da presença do comércio peruano, como a moeda, transporte, vestimenta, música, material de construção, frutas e verduras, confecções,

eletrônicos e produtos agrícolas. Há também os serviços como hotelaria, cabeleireiros, borracheiros, restaurantes e padarias.

Milton Santos (2004) no livro *O espaço dividido*, salienta que existem dois circuitos da economia urbana, o circuito superior e o circuito inferior. O circuito inferior que se relaciona ao setor terciário apresenta características que se assemelham ao comércio realizado pelos peruanos na fronteira, como por exemplo, as pequenas dimensões físicas dos estabelecimentos, multiplicidade de serviços, pulverização de atividades, estoques reduzidos, despesas com publicidade quase inexistentes, densidade das lojas corresponde à capacidade de deslocamento da clientela a pé, espaço de morar contíguo ao espaço do comércio, venda de equipamentos eletrônicos de baixa qualidade, trabalho intenso e instável, longa jornada de trabalho, sistema de negócios sem utilização de cartão de crédito ou débito com venda exclusivamente à vista, mão de obra exclusivamente familiar, e atividade sem legalização, portanto informal. Tais características são as que predominam, porém não se constituem como totalidade. Há grandes comércios, para o padrão da cidade, que se constituem como empresas formais e que se organizam a partir das modernas técnicas empresariais.

Conforme Silva (2012) os migrantes peruanos, seja em Tabatinga, Manaus, Boa Vista ou Pacaraima, locais onde o autor realizou pesquisas, começam como vendedores ambulantes pelas ruas e feiras livres e depois abrem pequenos negócios, voltados, em geral, para o mercado do artesanato, de roupas, CDs, bijuterias, gastronomia, movelaria, hortifrutigranjeiros e serviços em geral.

De acordo com o referido autor e com os dados de campo realizados na presente pesquisa, identificou-se que estes comerciantes seguem um padrão, iniciam com as atividades na informalidade e aos poucos vão se adaptando às leis e regras do país e ampliando suas atividades. Mesmo considerando que qualquer tipificação é incompleta e possibilita equívocos decorrentes das leis locais e de como se dá a inserção do migrante no lugar, apresenta-se nesta pesquisa uma tipologia para melhor agrupar as características do comércio realizado pelos peruanos na cidade de Benjamin Constant. Para tanto, os diferentes

tipos de comércio foram agrupados da seguinte forma: comerciantes formais (hotelaria, restaurante, salão de beleza, autopeças, mercadinho, lojas de vestuário); comerciantes informais (pequenas tabernas, comércio de eletrônicos importados, bijuterias, brinquedos); e comerciantes subinformais (vendedores ambulantes e agricultores vendedores de produtos agrícolas).

Não se trata de verificar a legalidade das atividades comerciais, mas o tipo e o modo como se integra na rede de circulação de mercadorias e serviços existentes na cidade de Benjamin Constant. Partindo dessa premissa tipificamos este comércio na seguinte sequência: subinformal, informal e formal. Porém para o presente artigo vamos nos dimensionar ao aspecto subinformal, mais precisamente com os produtores agrícolas da comunidade *Retama Kamatatsuri*.

Para efeito de análise, agrupamos como comerciantes na tipologia subinformal os peruanos que não possuem um estabelecimento fixo e vendem seus produtos no chão da feira ou ao redor do mercado público, na balsa flutuante do porto ou são ambulantes. Os primeiros são agricultores oriundos do vale do Javari e de assentamentos agrícolas e os segundos são vendedores que usam seu próprio corpo para carregar seus produtos importados (oriundos de centros urbanos) e fazem ponto em lugares estratégicos ou são ambulantes.

Os vendedores de produtos agrícolas são agricultores ligados ao grupo religioso israelita, os quais apresentam características peculiares, as mulheres utilizam vestimentas de cores claras e cabelos cobertos por uma espécie de véu e os homens com cabelos e barbas longas. Os agricultores que residem em solo peruano aparecem em Benjamin Constant em períodos regulares, segundas e terças-feiras, ou em determinados feriados festivos (páscoa, dia das mães, festas de final de ano). Em embarcação própria, trazem variedades de produtos: frutas e verduras (banana, abacaxi, tomate, cebola, cheiro-verde, pimentão), bem como animais domésticos (porcos, galinhas, carneiros, bovinos), animais capturados na floresta (tracajá, jabuti, macaco, porco, anta), bem como produtos e subprodutos da pecuária (leite de vaca ou de cabra, queijo, e

coalhada). Não apresentam qualquer estabelecimento comercial, vendem suas mercadorias logo que chegam, pois a população local (atravessadores, outros peruanos, população em geral) os aguardam nas margens do rio, ou se situam nas proximidades do mercado municipal de Benjamin Constant. Ressalta-se que há também em território brasileiro no município de Benjamin Constant um grupo de israelita no assentamento *Retama Kamatatsuri*.

Seguindo a concepção de Eliane Tomiasi Paulino (2006), no livro “*Por uma geografia dos camponeses*”, utilizamos a categoria camponês no presente artigo, tendo em vista o perfil e organização do grupo estudado, de ser essencialmente agrícola voltado ao regime de trabalho familiar, ou seja, a produção para a sobrevivência da família. Entretanto, como a autora salienta é uma recriação do campesinato em dinâmicas capitalistas, ou seja, a existência do campesinato não deve ser vista como algo descolado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção.

Nesse contexto, essa comunidade se localiza nas coordenadas S 04.46041° WO 70.09819° nas imediações da BR 307, estrada que interliga Benjamin Constant a Atalaia do Norte, no quilômetro 11. A comunidade que se autodenomina “*RETAMA KAMATATSURI*”, que de acordo com os mesmos significa POVO TRABALHADOR, ou HOMENS TRABALHADORES, tem uma população de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) famílias, compostas de indígenas peruanos e brasileiros, não foi possível identificar uma predominância. Observe a imagem da placa de identificação da comunidade à margem da estrada:



Figura 2: Entrada da comunidade Retama Kamatatsuri em Benjamin Constant.

A aproximadamente 50 (cinquenta) minutos de caminhada (sem carga) da margem da estrada que interliga Benjamin Constant a Atalaia do Norte se encontram as primeiras habitações, construídas de madeira mesclando-se algumas com cobertura de palha e zinco, parcialmente cercadas de madeiras (dormitório cercado), tendo como principais atividades a criação de animais, plantações diversas.



Figura 3: Habitação em comunidade israelita em Benjamin Constant;

Destaque-se que a comunidade possui uma escola municipal SISA IKUA (flor do conhecimento, ou flor da esperança na tradução local, uma expressão de origem indígena Cocama). Essa escola de nível fundamental para séries iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA) atende a demanda da comunidade com duas salas de aula e dois professores, com 18 (dezoito) alunos no matutino e 08 (oito) no vespertino, frisando-se que dos 18 (dezoito) alunos apenas 03 (três) nasceram no Peru, ou seja, 15 (quinze) crianças são nascidas em Benjamin Constant, portanto brasileiras. Salientando-se que o idioma ministrado nas aulas é o Português, preferência dos pais que buscam a inserção dos filhos na dinâmica local e em entrevistas revelou-

se a preocupação com a futura faculdade dos filhos na cidade. Observe a imagem abaixo:



Figura 4: Escola municipal no assentamento israelita em Benjamin Constant;

Os indígenas que habitam essa comunidade são oriundos do vale do Javari e de acordo com os entrevistados chegaram nessa área há aproximadamente 18 anos, os pais eram seringueiros brasileiros e casaram com as indígenas peruanas, ou vice-versa. Chegaram ao local a partir de contatos com parentesco familiar. Devido no seu local de origem, vale do Javari, haver uma alta incidência de malária foram convidados por parentes a habitar na comunidade, que antes era predominantemente de origem indígena Cocama. Cultivaram muito tempo em outras áreas da imediação, porém quando uma estrada do governo conhecida como “estrada do Crajari” atravessou suas terras, houver muitas denúncias e ameaças de empresários que reivindicaram a terra. Nesse período, muitos desses peruanos abandonaram as plantações com medo dos empresários e da Polícia Federal Brasileira, que os visitou três vezes e os orientou sobre como realizar a regularização individual e da terra. Migraram para áreas mais distantes até chegar ao local atual, pois “*Nós só podia produzir, mas a terra não nos pertencia*”.

No último trabalho de campo, setembro de 2013, estava havendo a demarcação das terras amplamente divulgada nos meios de comunicação local e presenciamos uma equipe, que de acordo com os comunitários era oriunda de Brasília e estava realizando a demarcação das terras por família. Atualmente, muitos deles já possuem documentação brasileira devido ao tempo em que são residentes em Benjamin Constant e por possuírem vínculos familiares decorrentes de casamento com brasileiros e de já terem filhos nascidos no Brasil.

Atualmente a presença desta comunidade agrícola é bem aceita por benjaminenses, inclusive os professores entrevistados falaram do respeito que cativam por estes trabalhadores devido ao perfil visível da labuta agrícola intensa. Como podemos notar a escola é municipal e os professores são pagos pela prefeitura de Benjamin Constant, que mantém parceria com a comunidade, eles produzem os insumos agrícolas, transportam via floresta a produção até a BR 307 e na estrada a prefeitura disponibiliza transporte até a cidade, onde os produtos são comercializados na feira municipal e destinados também para as escolas de Benjamin Constant. Na comunidade são produzidas diversidades de produtos agrícolas como banana, macaxeira, abacaxi, cupuaçu, manga, pupunha, hortaliças.



Figura 5: Cultivo de hortaliças no assentamento israelita em Benjamin Constant;

Com relação ao cultivo das hortaliças existe a dimensão dos costumes na forma e no preparo da terra, bem como nas relações e divisão social do trabalho no seio familiar. A área do cultivo é um perímetro que somente as mulheres podem ter acesso, porém os homens têm a responsabilidade de coletar e transportar a “terra preta” da floresta até a área destinada ao cultivo, entretanto, a estrutura o preparo, o semear, o regar, a colheita é de responsabilidade das mulheres da família.

Trabalham também com a criação de animais, bovinos, equinos, caprinos, suínos, aves, os quais são utilizados para corte e como meio de transporte para realizar a travessia das mercadorias até a estrada. De acordo com os professores existem aproximadamente 40 cabeças de gado. Observe a imagem:



Figura 6: Criação de animais no assentamento israelita em Benjamin Constant;

Como eles afirmam “A tierra deve está siempre produzindo”, no diálogo nota-se uma mistura de português e espanhol com sotaque indígena. Todavia, o que se verifica realmente é o trabalho intenso, de forte conotação familiar e religiosa. Nesse âmbito existem as terras que são cultivadas de forma individual e existem as terras que são cultivadas para a comunidade, sendo que o resultado da produção e a sua distribuição no grupo também ocorrem nesse sentido. Ocorrem também reuniões regulares, a partir das 12:00 horas de sexta-feira cessam-se todos os trabalhos na terra e todos da comunidades (crianças, jovens e adultos) se reúnem no espaço físico da escola, no qual iniciam orações, cânticos, louvores, e confraternização de alimentos. Essa prática de cunho religioso se prolonga por todo o dia até o sábado, salientando que existe uma pessoa responsável pela vigília contínua (o mensageiro) que profere cânticos constantes, sendo que os demais revezam nas orações, alimentação e descanso. Ressalta-se que a alimentação é sempre de origem natural, produzida por eles no local. Atualmente a relação dessa comunidade com os demais habitantes da região é de tolerância recíproca, os contatos, a acessibilidade de cidadãos à comunidade gerou novas dinâmicas que poderão ser estudadas com mais clareza no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de situações como as expressas anteriormente é que cabe a afirmativa de Martins (2012): “... nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade.”. Como ele mesmo salienta “é isso que faz dela uma realidade

singular”, na qual se verificam conflitos e tolerância com o outro, num espaço relativo que você também se insere como o outro simultaneamente, pois na faixa de fronteira estudada é frequente estar aqui e estar lá, ou estar lá e estar aqui.

As relações multiculturais e as multiterritorialidades inferidas por Haesbaert (2010) se dinamizam num espaço poroso, e nesse sentido podemos evidenciar os costumes alimentares e o idioma. Na cidade onde se realizou a presente pesquisa é comum crianças, jovens e adultos arriscarem um portunhol, o contato frequente com os peruanos (comerciantes, médicos, pedreiros, carpinteiros, borracheiros) permite e contribui para esse conhecimento, bem como na alimentação, de forma bem generalizada a população local tem como ingrediente principal em suas receitas a utilização da banana, que, aliás, não é “pacovão” como denominada na capital do estado é a “banana peruana”. Também há como costume o consumo no café da manhã do “patacón” ou patação (expressão adaptada pelos moradores), rodela de bananas peruanas amassadas e fritas. No dicionário AMAZONÊS de Sérgio Freire, que seleciona expressões e termos usados no Amazonas, encontramos a palavra “curite” que significa “Dindim. Usado na região do Alto Solimões”, ou seja, sucos de fruta congelados em pequenas sacolas de plástico. O consumo e o preparo de *cerviche*, *lomo saltado*, *chicharron*, comidas típicas peruanas que envolvem os ingredientes peixes e carnes se tornaram comuns em Benjamin Constant.

Como se observa nos dados referentes aos camponeses peruanos em Benjamin Constant, dada a dimensão do outro numa área de fronteira, percebe-se temporalmente a tolerância com estes, devido principalmente a importância na produção e manutenção constante de produtos agrícolas, os quais predominam no mercado local e regional. Observa-se esta tolerância e reciprocidade a partir do vínculo destes camponeses com a prefeitura, que disponibiliza escola municipal com professores locais que ministram suas aulas em idioma Português, pois também é uma preferência dos pais dos alunos, bem como disponibilidade de veículo municipal

para o transporte das mercadorias produzidas na comunidade *Retama Kamatatsuri*.

As cidades amazônicas são lugares que pulsam culturas e modos de vida diferenciados. Apesar de uma cidade na fronteira carregar em seu bojo histórico-espacial o estigma de uma região que obedece a interesses distantes, de participar da agenda nacional como uma área de “segurança nacional”, estas cidades se metamorfoseiam no tempo e no espaço e constroem especificidades a partir de dinâmicas econômicas, que transcendem para novas dimensões que se materializam no hibridismo de famílias, de religiões, idiomas, culinária, música, de um vivido amazônico na fronteira.

REFERÊNCIAS

BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia, 1880 – 1932*. Letícia: Universidad Nacional de Colômbia. Instituto Amazônico de Investigaciones (IMANI), 2008.

FREIRE, Sérgio. *Amazonês - expressões e termos usados no Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2011.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GEMELLI, Vanderleia; SOUZA, Edson Belo Clemente de. Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. In: SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estudos regionais: estrutura, agentes e processos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. Tradução Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed.. São Paulo: Contexto, 2012.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Editora Valer, 2000.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Sidney Antonio da (org.). *Migrações na pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012.

SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na fronteira* (a expansão de Sant' Ana do Livramento). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant' Ana do Livramento, 1993.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *ACTA Geográfica*, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.

TORRES, Rudson do Nascimento. *A imigração peruana: dinâmicas migratórias recentes em Benjamin Constant/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia. Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant, 2011.

APOIO FINANCEIRO: Agência de fomento: FAPEAM através do PRONEX